



## COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

### ATA NÚMERO 251/XII/4.ª SL

Aos dezoito dias do mês de março de 2015, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:
  - Projeto de Lei n.º 813/XII (4.ª) (BE) – Reforça a proteção das mulheres grávidas, puérperas ou lactantes no Código do Trabalho;  
Deputado autor do parecer: GP do PSD;
  - Projeto de Lei n.º 814/XII (4.ª) (BE) – Igualdade na parentalidade para proteção das mulheres na maternidade no emprego;  
Deputado autor do parecer: GP do PS;
  - Projeto de Lei n.º 815/XII (4.ª) (BE) – Repõe direitos no acesso ao abono de família;  
Deputado autor do parecer: GP do PSD;
  - Projeto de Lei n.º 816/XII (4.ª) (PCP) – Reforço dos direitos de maternidade e paternidade;  
Deputado autor do parecer: GP do PS;
2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projeto de Lei n.º 411/XII (2.ª) (PCP) - Garante as condições materiais e humanas para o cumprimento efetivo do papel das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens  
Deputada autora do parecer: Idália Salvador Serrão (PS);
3. Apreciação e votação do Relatório final da Petição n.º 132/XII (1.ª), da iniciativa de Tiago Rafael Bessa Landreiras – Pretendem que seja criada uma Comissão Nacional de proteção à terceira idade e seja lançada uma campanha de sensibilização no sentido de alertar para o abandono e maus tratos de que muitos idosos são vítimas  
Deputada relatora: Idália Salvador Serrão (PS);
4. Outros assuntos.

Previamente à Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), que presidiu à reunião, confirmou que a audição regimental do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social prevista para aquele dia tinha ficado sem efeito e que tinha sido proposta nova data para a referida audição no dia 8 de abril, quarta-feira, da parte da manhã.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) usou da palavra para manifestar o desagrado do GP do PS relativamente aos sucessivos adiamentos das audições regimentais do MESS naquela comissão parlamentar. Prosseguiu dizendo que aquelas audições têm muita importância em termos de fiscalização política e que se, por absurdo, fossem todas adiadas para o mês de junho, perder-se-ia a sua razão de ser. Concluiu solicitando ao Senhor Presidente que transmitisse ao MESS aquela reflexão, enfatizando que as audições regimentais devem decorrer num clima de máxima consideração e respeito e que cada um fará o juízo de oportunidade política sobre o relacionamento daquele ministro com a Assembleia da República.

Também o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) usou da palavra para referir é conhecida a posição do GP do PCP a respeito daquele assunto, sublinhando que não abdicam de nenhuma das audições regimentais agendadas, a saber, 8 de abril, 13 de maio e 9 de junho.

Por seu lado, o Senhor Deputado Adão Silva (PSD) começou por dizer que não concorda com as intervenções dos deputados que o precederam. Em causa está saber se a CSST faz ou não o acompanhamento político do Executivo e, mais concretamente, do MESS. E faz, porque as audições regimentais agendadas vão concretizar-se. E adiantou que o GP do PSD também não prescinde da sua realização.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) chamou a atenção para a importância de o MESS planear a sua atividade de modo a cumprir com os agendamentos feitos.

O Senhor Presidente disse que transmitiria a reflexão feita pelos diversos Deputados ao MESS.

Retomando a Ordem do Dia, foram designados autores do parecer do Projeto de Lei n.º 813/XII (4.ª) (BE) a Deputada Clara Marques Mendes (PSD); do 814/XII (4.ª) (BE) a Deputada Sónia Fertuzinhos (PS); do 815/XII (4.ª) (BE) a Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) e do 816/XII (4.ª) (PCP) o Deputado Miguel Laranjeiro (PS).

No segundo ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Idália Salvador Serrão (PS) apresentou de forma sucinta o parecer sobre o Projeto de Lei n.º 411/XII (2.ª) (PCP). Submetidos à votação, foram os pontos relativos aos considerandos e às conclusões aprovados por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Idália Salvador Serrão (PS) apresentou o relatório final da Petição n.º 132/XII (1.ª), da iniciativa de Tiago Rafael Bessa Landreiras e outros, que pretendem que seja criada uma Comissão Nacional de proteção à terceira idade e seja lançada uma campanha de sensibilização no sentido de alertar para o abandono e maus tratos de que muitos idosos são vítimas.

Submetido à votação, foi o relatório final da Petição n.º 132/XII (1.ª) aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas doze horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

**O Presidente,**



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 07 de abril de 2015.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO**

**Reunião de 18 de março de 2015**

**Folha de Presenças**

(Ata n.º 251/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Andreia Neto  
Arménio Santos  
Artur Rêgo  
Catarina Marcelino  
Clara Marques Mendes  
Idália Salvador Serrão  
Joana Barata Lopes  
João Figueiredo  
João Paulo Pedrosa  
Jorge Machado  
José Manuel Canavarro  
Maria das Mercês Borges  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Nuno Sá  
Pedro Roque  
Sónia Fertuzinhos  
Teresa Costa Santos  
António Cardoso

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Inês Teotónio Pereira  
Mário Ruivo